A avaliação de alunos com Necessidades Educativas Especiais

"O professor age na incerteza e decide na dúvida", Perrenoud

A avaliação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais assume um papel preponderante no contexto da escola *inclusiva, no sentido* de determinar a intervenção pedagógica e desta forma, construir as condições do seu sucesso educativo.

A diversidade tornou-se um aspecto enriquecedor na acção educativa, já que pode contribuir para o respeito pelas diferenças, ritmos e percursos de cada indivíduo numa perspectiva de que a escola é de todos e para todos. Na generalidade, nos sistemas educativos ocidentais, incluindo o português, observamos um alargamento das oportunidades educativas a um universo cada vez mais heterogéneo de alunos.

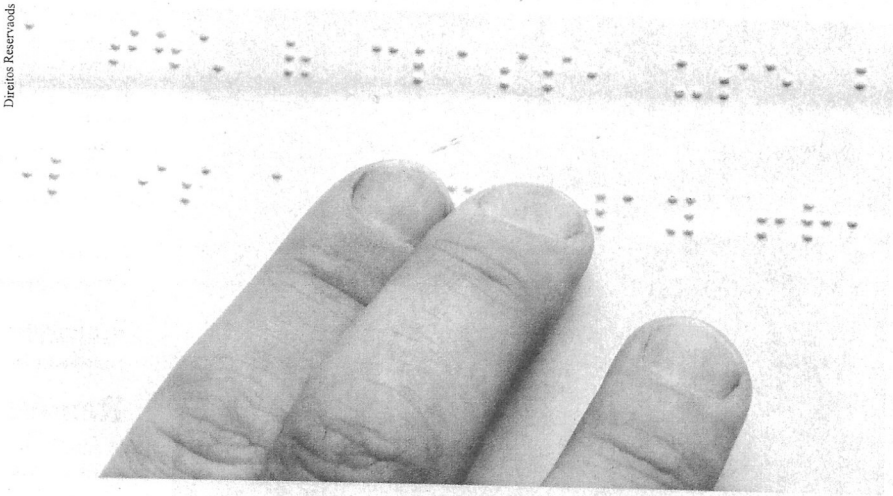
Nesta conjuntura educativa, encontram-se muitos dos alunos que não conseguem acompanhar a escola regular de acordo com o padrão de aprendizagem que a mesma impõe, entre os quais estão aqueles que apresentam Necessidades Educativas Especiais (NEE) e no seio destes, uma minoria com condição de deficiência de carácter permanente. A Declaração de Salamanca assinada por diversos países em 1994, veio determinar os direitos individuais das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, perspectivando uma escola de maior qualidade, na qual esta se deve ajustar em termos do atendimento à diversidade das características e necessidades destes alunos, dotando-se de recursos humanos e materiais, de maneira a efectivar esses princípios considerados universais.

Em termos de evolução histórica dos aspectos relacionados com a avaliação de alunos com NEE, Madureira e Leite (2003), referem as seguintes perspectivas:

- Abordagem médica – A medicina avalia e compreende a criança diferente na base do diagnóstico de doença física e consequente tratamento;

- Abordagem psicológica – A psicologia categoriza e classifica a criança que não tem sucesso na escola, através da aplicação de testes e escalas de inteligência objectivas, estandarizadas e normalizadas;

Direitos Reservados



- Abordagem comportamentalista – A perspectiva behaviorista entende a avaliação da criança na base dos seus comportamentos, desde que sejam observáveis, mensuráveis e repetíveis;

- Abordagem cognitivo – comportamentalista – Baseia-se na interacção entre os processos psicológicos e na avaliação dos comportamentos (teorias meta-cognitivas, auto-reforço e auto-regulação);

- Abordagem educacional – Pressupõe a colaboração entre técnicos no domínio da saúde e os professores dos alunos;

- Perspectiva ecológica – Para avaliar as necessidades da criança é preciso compreender a influência dos diversos contextos onde esta actua (familiar, social, escolar).

A Inclusão, enquanto filosofia educacional, parte do princípio de que os alunos aprendem juntos, de formas e ritmos diferentes e a escola deve proporcionar experiências educativas, que considerem essas capacidades ou dificuldades, como pontos de referência para uma intervenção pedagógica, de forma a optimizar as competências académicas, pessoais e sociais de todos os alunos em geral.

Avaliar no âmbito da Escola Inclusiva é permitir que cada aluno seja valorizado de acordo com as suas capacidades, necessidades e diferenças. A diferenciação pedagógica deverá ser um elemento primordial no processo de ensino e aprendizagem, devendo o professor recorrer a diferentes metodologias de ensino, estratégias educacionais, adaptações ao nível do currículo do aluno, utilização de tecnologias de apoio, ensino individualizado e instrumentos de recolha de informação, para que se realize a avaliação de forma equilibrada.

O professor poderá recolher informação sobre o aluno com NEE através de várias fontes, como: a sua família, os professores de anos anteriores, através dos documentos médicos ou pedagógicos existentes na escola, a avaliação diagnóstica efectuada por este e a observação naturalista do aluno em contexto formal ou informal de aprendizagem. Estes dados permitirão ao professor determinar o perfil de desenvolvimento do aluno e delinear as suas áreas fracas e fortes de aprendizagem.

O registo e análise da informação acerca do aluno servirá também de referência à formulação dos *itens* de avaliação do mesmo. Para tal, é importante que o professor realize registos estruturados, que poderão passar por grelhas de observação de comportamento na sala de aula, realização dos trabalhos de casa, organização dos cadernos, avaliação da leitura ou dos produtos de escrita, fichas de avaliação diagnóstica ou testes formativos de avaliação mensal/trimestral interligados com os momentos de avaliação contínua.

Estas formas de registo de dados de avaliação devem ir ao encontro das características do aluno/turma, das orientações programáticas para o ano de escolaridade, do Projecto Curricular de Turma e do próprio Projecto Educativo da Escola. Estes *itens* de avaliação devem também considerar a faixa etária do aluno, as suas motivações, ritmos e estilos de aprendizagem, o contexto em que se realizam, estabelecendo um equilíbrio dinâmico ao nível das competências essenciais a atingir.

A análise e interpretação dos dados de avaliação recolhidos, bem como a sua organização e sistematização, são vitais para a compreensão da problemática do aluno, já que podem conduzir a formas mais eficazes de acção educativa sobre a sua aprendizagem, bem como servir de suporte para a elaboração ou reformulação do seu Programa Educativo Individual.

A avaliação do aluno com NEE deve ser um processo contínuo, flexível relativamente à aquisição de competências, implementação de metodologias/estratégias e actividades pedagógicas, numa perspectiva colaborativa e cooperativa entre professores e alunos.

Correia (1999), propõe o seguinte modelo de avaliação de crianças com Necessidades Educativas Especiais:

Nível I – Avaliação preliminar: identificação da criança em risco ou com NEE (identificação). Recolha de dados através de diversos instrumentos de carácter pedagógico (observação directa, grelhas, escalas, listas de verificação, testes, etc);

Nível II – Avaliação compreensiva: determinação das áreas fortes e fracas da criança e elaboração do Programa Educativo Individual (avaliação). Neste nível consideram-se primordiais os dados obtidos através da história compreensiva da criança (informação familiar, clínica e escolar), podendo ser realizada no âmbito de uma Equipa Multidisciplinar);

Nível III – Elaboração do Programa de Intervenção Individualizado e reavaliação do aluno (intervenção). Neste programa devem constar os objectivos gerais/específicos, as actividades, os materiais utilizados, as estratégias, a avaliação e o período em que decorre a intervenção.

O Decreto-lei nº3/2008, de 7 de Janeiro refere no artigo 20º uma medida de avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente, nomeadamente "Adequações no Processo de Avaliação", que prevê a implementação de alterações ao nível do tipo de provas, instrumentos de avaliação e certificação, forma e meio de comunicação do aluno, local e duração das provas de avaliação.

Apercebemo-nos que o processo de avaliação dos alunos com NEE, bem como de todos os alunos em geral, implica que a Escola seja capaz de atender às suas necessidades educativas mais prementes, de forma a que estes se sintam pertencentes a uma sociedade que os reconheça como iguais. Atendendo às nossas vivências enquanto profissionais de Educação, sabemos que o processo de inclusão dos alunos com NEE partirá de mudanças sociais realizadas a partir da escola. Mas esta possibilidade remete-nos para uma questão: "Poderá existir uma escola inclusiva numa sociedade que não o é? (Rodrigues, 2003)

António José Alves Oliveira

in: Jornal "Terra Nostra" de 10/07/2009